

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ata da 33.ª Reunião Ordinária da CT-EA – 30/11/2009 - 9h00min. Centro Cultural – Santa Gertrudes - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABCON	Márcia Aparecida R. Ragogna (T)
ABCON	Amanda Juliana Ricardo (S)
ASSEMAE	Ana Lúcia F.R. Vieira (T)
ASSEMAE	Paulo Minoru Kashino (S)
CEA/SMA	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)
CETESB	Vera Lucia Namura (T)
CIESP - DR Campinas	Sheila Medeiros (S)
DAEE	Cecília de Barros Aranha (T)
DAE-SBO	Luciana Giatti do Amaral (T)
Fórum das Entidades Civis	Filipe Becari (T)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
Jaguatibaia A.P.A.	José Cláudio Hofling (T)
P. M. de Campinas	Maria Fernanda Spina Chiocchetti (T)
P.M. de Limeira	Rogério Mesquita (T)
P.M. de Limeira	Dynorah Cappi Redondano (S)
P.M. de Nova Odessa	Carla Simone de Araújo Rebolo (T)
P.M. de Piracicaba	Giseli Ap. Lambertuchi Barion (T)
P.M. de Piracicaba	Elizabeth da Silveira Nunes (S)
P.M. de Rio Claro	Milton José Hussni Machado Luz (S)
P.M. de Salto	Silmara Ap. B. Marques de Souza (T)
P.M. de Salto	Tatiane Tedeschi Gasparini (S)
P.M. de Santa Gertrudes	Heitor Vitalli (T)
SABESB	Adilson Octaviano (T)
SANASA	Ana Lúcia F.R. Vieira (T)
SANASA	Paulo Minoru Kashino (S)

Membros Ausentes com justificativa	
Entidade	Representante
Barco Escola	Diego Chaveri Baggio (S)
CIESP-DR Campinas	Sheila Medeiros (S)
UNICAMP	Sandro Tonso (S)

Membros Ausentes sem justificativa	
Entidade	Representante
AESABESP	
FLORESPI	
IAC	
P.M. de Americana	

P.M. de Indaiatuba
P.M. de Pedreira
P.M. de São Pedro
SAA/APTA
Secretaria da Saúde
SR Campinas

Convidados	
Entidade	Representante
Lab. Fluxus - Aquaeduca	Andréa Quirino de Luca
Jaguatibaia A.P.A.	Luiza I. Ferreira
Jaguatibaia A.P.A.	Ricardo Levy
SMA/CR Campinas	Maria Castellano

(T) - Titular (S) Suplente (R) Representante

Pauta : A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica. **2. Abertura:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Maria Fernanda Spina Chiocchetti, coordenadora da CT-EA. **3. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior da CT:** a ata foi aprovada com alterações. **4. Análise de projetos:** Foi decidido que na próxima reunião da CT-EA serão analisados os 10 projetos de EA candidatos a serem tomadores de recursos FEHIDRO/Cobranças PCJ. Para essa análise, serão formados 5 grupos na própria reunião, buscando a composição dos três segmentos : estado, município e sociedade civil. A reunião poderá exceder o período da manhã. A Sra. Maria Fernanda solicitou aos membros titulares que convidem os seus respectivos suplentes para a reunião. **5. Demanda induzida:** A Sr. Maria Fernanda fez uma breve explicação sobre essa modalidade de financiamento, recordando que trata-se do antigo “caráter regional”. Ela salientou que os projetos devem ser indicados pela CT-EA à CT-PL. O Sr. Filipe Becari esclareceu também que a CT-EA não pode ser tomadora, mas sim indicar uma instituição para tal. A Sra. Maria Fernanda Chiocchetti e a Sra. Cecília Aranha apresentaram uma proposta de demanda induzida intitulada “Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento”, justificando que o Saneamento é o grupo prioritário de empreendimentos dos Comitês PCJ, recebendo 60% dos recursos. Foi aberta a discussão e novas sugestões foram colocadas: projeto para definir critérios e metodologias de avaliação e acompanhamento de projetos submetidos à CT-EA (com a elaboração de indicadores); projeto de EA itinerante, com a aquisição de um ônibus para isso; e projeto de formação em EA para os membros da CT, com conhecimentos teóricos e práticos de EA, funcionamento

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

dos Comitês PCJ e esclarecimentos sobre o FEHIDRO. Houve discussão sobre a articulação entre teoria e prática na EA e as diferenças entre a EA formal e a não formal. **6. Mudança nos representantes de entidade da CT-EA:** A Sra. Maria Fernanda Chiochetti informou que o IAC, entidade da CT-EA que já havia ultrapassado a quantidade permitida de faltas, enviou ofício à Secretaria Executiva solicitando a alteração dos seus representantes (titular e suplente). A solicitação foi submetida ao plenário da CT-EA e foi aprovada, sendo que o IAC passou a ser representado pelo Sr. Luis Carlos Bernacci (titular) e pela Sra. Maria Jussara Franco Vieira (suplente). **7. Programa de EA do Empreendimento “Loteamento Três Pontes do Atibaia”:** A Sra. Maria Fernanda iniciou a conversa sobre o tema dizendo que a análise dos projetos é um aprendizado coletivo e que é necessário começarmos a discutir se vamos estabelecer algumas exigências básicas para todos os projetos de EA apresentados no GT Empreendimentos. Sobre o assunto, a Sra. Maria Luísa Palmieri informou que a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ está trabalhando na elaboração de um modelo de consulta às CTs sobre critérios para empreendimentos. Para analisar o Programa de EA do Empreendimento “Loteamento Três Pontes do Atibaia”, primeiramente foi feita a leitura do seguinte parecer elaborado pelo sob-grupo: “*Minuta de Parecer Técnico. Objeto: Proposta complementar do ‘Programa de Educação Ambiental para Empreendimento Loteamento Residencial Três Pontes do Atibaia’.* Local: Distrito de Sousas, em Campinas. Protocolo: CBH/PCJ – N. 099189. Data: 23/11/2009. Em análise a proposta complementar do “Programa de Educação Ambiental”, conforme solicitação da CT-EA considerou-se as seguintes restrições: A. Bloco 1 - análise sobre o cronograma: 1. O Programa não apresenta o cronograma das atividades de EA, para os projetos 1 e 2; Na leitura dos Projetos 1 e 2 é necessário a apresentação do cronograma de atividades tendo em vista as seguintes situações: - Listar todas as atividades, com período e público a ser atendido; - Informar na previsão do empreendedor, o número de funcionários no empreendimento nesta fase; - Nas rodas de conversa estão descritas para um público de 20 pessoas, portanto deve-se também informar: Quantas rodas? Tempo de duração? Cada módulo acontecerá em uma única roda? Quantas ‘rodas de conversa’ por módulo? Será durante o turno de trabalho? Quantos turnos são previstos? Quantos trabalhadores em cada? - Há questões que afetam profissionais universitários, como engenheiros e urbanistas do projeto: Eles estarão em rodas de conversas diferentes? Se não forem 20, a dinâmica será diferenciada?; - Em relação aos moradores do entorno como sujeitos nas rodas de conversa, pergunta-se: Serão separados por faixa etária?

Ou por região de residência? Ou por condições socioeconômicas? Algum membro das rodas de conversa do projeto 1 participará destas rodas ou são exclusivas? Qual a duração de cada roda de conversa? Qual a periodicidade: mensal, quinzenal, semanal ou diária? Em quais turnos: matutino, vespertino ou noturno? Qual lugar físico será utilizado para as atividades que acontecerão antes do NEA ser construído? Quantos facilitadores e especialistas estarão envolvidos por roda de conversa? Quais materiais serão distribuídos? Quanto os saberes/conhecimento: Qual a forma de apresentação dos saberes? Quanto tempo para a apresentação? Quanto para as conversas? Como serão apresentadas as memórias de cada roda? Haverá algum retorno aos grupos? Estas memórias serão utilizadas de uma roda para a outra? B. Bloco 2 - Análise do Programa de EA pg. 2 –14: 1. No item 2(pg.4). Concepção pedagógica – Com relação a “práxis educativa sócio-ambientalista”, concepção pedagógica e caminho filosófico deste Programa de Educação Ambiental (itens 2. e 2.1) não foram ‘reconhecidas’ nas ações a serem realizadas nos módulos. Dúvidas: Como será materializada a práxis proposta? E as atividades de ‘apoio e participação dos diversos segmentos da sociedade’? Faltaram os objetivos e suas ações que materializaram os conceitos-chave de ‘cotidianidade’ e ‘territorialidade’. 2. No item 2.2(pg.7) Patrimônio Natural – Um bem coletivo ‘a degradação das condições de sustentação da vida planetária deve-se a um conjunto de variáveis nas bases sociais, econômicas, culturais e políticas estruturalmente desiguais, que suportam a sociedade contemporânea.’ Pergunta-se: Onde a perspectiva de Educação Ambiental Crítica passa a existir nas atividades do Programa de EA? 3. No item 3.(pg.10) Programa de Educação Ambiental– ‘considerando as características das áreas e o perfil dos usuários’ Como esta consideração dos perfis foi incorporada se os Projetos 1 e 2 – para dois públicos totalmente distintos – são rigorosamente idênticos?; 4. No item b(pg.12). Módulo complementar– Não há desenvolvimento das atividades destes módulos. Alguns destes temas estão presentes em alguns módulos. 5. No item b.6(pg.13) Participação e Organização Política não constam no corpo do texto. Como será realizado? Há metodologias aconselhadas sobre participação e não passam a existir nas atividades de envolvimento destes agentes sociais. 6. No item C(pg.13) Projetos específicos para área do Empreendimento- ‘Aproximando o homem da natureza’ – Informar o detalhamento da atividade. C. Análise do Projeto 1 – pg.27 à 70. 1. Apesar dos atores sociais do projeto 1 serem definidos na página 11, na metodologia descrita na página 47 é dito que os temas serão apresentados aos moradores. Fica a dúvida de qual grupo será sujeito no projeto 2. Quanto aos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

módulos, apontamos, como exemplo, inconsistências nos 2 primeiros: 3. Módulo I – Uso racional da Água – Na pg. 40 participação do Programa ‘Minha escola na Sanasa ou Sanasa na Comunidade’, não foi apresentado o termo de parceria e sugerimos que a visita monitorada seja na Captação no Rio Atibaia e não do Capivari; 4. No item “legislações importantes” –pg 41 ficou a dúvida pela ausência da legislação municipal como por ex: Lei da APA Municipal, COGEAPA e Plano Diretor ; 5. Sugerem-se sites para navegação para os trabalhadores do empreendimento em qual equipamento? O Empreendedor deixará algum disponível? Durante o turno de trabalho haverá um período em q eles poderão utilizar computadores ou será apos o expediente? 6. As sugestões a serem apresentadas para redução de consumo e desperdício serão acordadas antes com o empreendedor, para que ele possa alterar as práticas de construção ou isto será responsabilidade exclusiva de cada trabalhador individualmente? 7. Módulo II - Drenagem Urbana-pg. 42: Desde a PNSB, gestão das águas pluviais é parte da política de saneamento básico como é afirmado no primeiro parágrafo do texto, entretanto o restante trata de abastecimento e esgotamento sanitário sem maiores referências as águas pluviais a não ser sobre inundações não havendo referências sobre enchentes, nem a diferença entre os 2 conceitos. 7. Módulo IV – Doenças de veiculação hídrica: Não foi identificada referência a recomendação da CT-SAN sobre Febre Maculosa. D. Análise do Projeto 2 – pg.71 à 115 Moradores do entorno/área de influência do Empreendimento. 1. Segue a mesma orientação do Projeto 1, com exceção de definição clara ao longo do texto do grupo social. Campinas, 26 de Novembro de 2009. Grupo Técnico de Empreendimentos da Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ.” O parecer foi aprovado e a Sra. Luíza I. Ferreira, da Jaguatibaia A.P.A., instituição responsável pelo projeto, respondeu, de forma sucinta, às questões colocadas no parecer e entregou à coordenação da CT-EA o seguinte documento, respondendo a cada uma das questões, ao longo do parecer (as respostas encontram-se sublinhadas): ‘Em análise a proposta complementar do “Programa de Educação Ambiental”, conforme solicitação da CT-EA considerou-se as seguintes restrições:’ Bloco I - Análise sobre o cronograma: 1. O Programa não apresenta o cronograma das atividades de EA, para os projetos 1 e 2; (ver última página). 2. Na leitura dos Projetos 1 e 2 é necessária a apresentação do cronograma de atividades tendo em vista as seguintes situações: Listar todas as atividades, com período e público a ser atendido; Nesta primeira fase do Programa de E.A. foi solicitada a apresentação dos dois projetos (I e II), compostos por cinco módulos para cada um, para Funcionários do Canteiro de

obras e moradores do entorno do Empreendimento, já devidamente descritos nos projetos. Informar na previsão do empreendedor, o numero de funcionários no empreendimento nesta fase; Esta informação foi disponibilizada em ‘Informações Complementares’ enviadas pelo Empreendedor ao Comitê das Bacias do PCJ. - Nas rodas de conversa estão descritas para um público de 20 pessoas, portanto deve-se também informar: Quantas rodas? Uma roda/módulo/projeto. Tempo de duração? De 90 a 120 minutos/módulo. Cada módulo acontecerá em uma única roda? Sim. Quantas ‘rodas de conversa’ por módulo? Uma por mês para cada módulo (seis módulos x dois projetos = 12/mês) – iniciando com os coordenadores de turmas. Será durante o turno de trabalho? Sim. Quantos turnos são previstos? Dois: manhã e tarde. Quantos trabalhadores em cada? Esta informação foi disponibilizada em ‘Informações complementares’ enviadas pelo Empreendedor ao Comitê das Bacias do PCJ. Há questões que afetam profissionais universitários, como engenheiros e urbanistas do projeto; Eles estarão em rodas de conversas diferentes? Sim, pois iniciaremos com os representantes de turmas (engenheiros, urbanistas e técnicos). Se não forem 20, a dinâmica será diferenciada? Procuraremos fechar grupos de vinte participantes para podermos contemplar o maior número de funcionários. - Em relação aos moradores do entorno como sujeitos nas rodas de conversa, pergunta-se: Serão separados por faixa etária? Ou por região de residência? Ou por condições socioeconômicas? Nesta fase do Empreendimento, o público específico é o publico adulto (maiores de 18 anos). A participação será organizada com o auxílio das instituições listadas na página 12 do projeto: Núcleos Educadores e Movimentos Sociais da região da APA como: Casa de Cultura e de Cidadania de Sousas, Estação Ambiental Municipal de Joaquim Egídio, Conselho Gestor da APA de Campinas – CONGEAPA, Núcleo Assistencial e Educacional da Criança e do Adolescente – NAECA, Associação Presbiteriana de Ação Social – APAS, Coletivos Educadores Locais, Escolas Particulares e Públicas da região entre outras. Algum membro das rodas de conversa do projeto I participará destas rodas ou são exclusivas? A principio não, pois foi solicitado um módulo para cada grupo. Qual a duração de cada roda de conversa? De 90 a 120 minutos. Qual a periodicidade: mensal, quinzenal, semanal ou diária? Em quais turnos: matutino, vespertino ou noturno? Mensal: uma por mês/módulo = 6/mês; Turnos: matutino e vespertino. Qual lugar físico será utilizado para as atividades que acontecerão antes do NEA ser construído? Estação Ambiental Municipal de Joaquim Egídio, Casa de Cultura e Cidadania de Sousas, SANASA, CONGEAPA e NEA (após a sua conclusão), para os moradores do

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

entorno/área de influência do Empreendimento, já descrito no Item 3.1.3, página 11 do projeto. Quantos facilitadores e especialistas estarão envolvidos por roda de conversa? Um especialista e um facilitador. Quais materiais serão distribuídos? É reconhecida a eficácia que as cartilhas e as estórias em quadrinhos têm no papel de simplificar a compreensão de assuntos complexos. Propomos desta forma a utilização destes recursos, considerando as contribuições resultantes das ações coletivas nos módulos do Programa de Educação Ambiental durante o prazo de seis meses. Assim, o produto resultante dos registros realizados durante os módulos servirá como base para elaboração do material didático em geral, que será produzido durante os próximos seis meses. Quanto os saberes/conhecimento: Qual a forma de apresentação dos saberes? Quanto tempo para a apresentação? Quanto para as conversas? Como serão apresentadas as memórias de cada roda? Haverá algum retorno aos grupos? Estas memórias serão utilizadas de uma roda para a outra? Roda de conversa - com o saber cotidiano e posteriormente com o saber científico. Material gráfico estimulando manifestações do saber cotidiano. Apresentação – até uma hora Conversas – até uma hora Haverá um registro de cada roda que poderá ser apresentada para outras rodas e mesmo para a elaboração de material didático. Através de um site constituído, os saberes científicos também será veiculado.

B. Bloco 2 - Análise do Programa de EA pg. 2 –14. 1. No item 2(pg.4). Concepção pedagógica — Com relação à “práxis educativa sócio-ambientalista”, concepção pedagógica e caminho filosófico deste Programa de Educação Ambiental (itens 2. e 2.1) não foram ‘reconhecidas’ nas ações a serem realizadas nos módulos. Dúvidas: Como será materializada a práxis proposta? E as atividades de ‘apoio e participação dos diversos segmentos da sociedade’? Faltaram os objetivos e suas ações que materializaram os conceitos-chave de ‘cotidianidade’ e ‘territorialidade’. Existem sim, diretrizes claras nos módulos elaborados, através do resgate da cotidianidade e da percepção de pertencimento dos moradores da APA.

2. No item 2.2(pg.7) Patrimônio Natural – Um bem coletivo ‘a degradação das condições de sustentação da vida planetária deve-se a um conjunto de variáveis nas bases sociais, econômicas, culturais e políticas estruturalmente desiguais, que suportam a sociedade contemporânea.’ Pergunta-se: Onde a perspectiva de Educação Ambiental Crítica passa a existir nas atividades do Programa de EA? Estimulando a expressão das vivências pessoais comparando-as com a realidade local, estimulando uma visão crítica. Assim, a revelação da realidade do entorno com a exposição dos erros cometidos e seus conseqüentes problemas, materializa o quadro negativo que

deve ser evitado. No item 3. (pg.10) Programa de Educação Ambiental— ‘considerando as características das áreas e o perfil dos usuários’ Como esta consideração dos perfis foi incorporada se os Projetos 1 e 2 – para dois públicos totalmente distintos – são rigorosamente idênticos?; Na prática a distinção dos perfis se materializará através das expressões das experiências pessoais, distintas para cada grupo. A expressão do conteúdo do módulo será adequada aos perfis revelados. No item b(pg.12). Módulo complementar— Não há desenvolvimento das atividades destes módulos. Alguns destes temas estão presentes em alguns módulos. Conforme recomendação da própria CT-EA este módulo será apresentado juntamente com o Projeto 3 e 4, a ser apresentado em 9 de julho de 2010.

3. No item b.6(pg.13) Participação e Organização Política não constam no corpo do texto. Como será realizado? Há metodologias aconselhadas sobre participação e não passam a existir nas atividades de envolvimento destes agentes sociais. Participação e Organização política faz parte do módulo complementar que será apresentado juntamente com o Projeto 3 e 4, a ser apresentado em 9 de julho de 2010.

4. No item C(pg.13) Projetos específicos para área do Empreendimento—“Aproximando o homem da natureza” – Informar o detalhamento da atividade. Este projeto foi sugerido como uma experiência visual e sensorial que poderá ser implantado próximo ao local do NEA. Se aprovados pelo empreendedor, será detalhado nos projetos 3 e 4.

C. Análise do Projeto 1 – pg.27 a 70. 1 Apesar dos atores sociais do projeto 1 serem definidos na página 11, na metodologia descrita na página 47 é dito que os temas serão apresentados aos moradores. Fica a dúvida de qual grupo será sujeito no projeto 1.

Houve um equívoco na página 47. Os atores são os descritos na página 11. (- Funcionários das Empresas que construirão a estrada que liga a Rodovia D. Pedro I ao Empreendimento Três Pontes do Atibaia. - Funcionários das Empresas responsáveis pela implantação da infra-estrutura do Empreendimento.

2. Quanto aos módulos, apontamos como exemplo, inconsistências nos 2 primeiros: 3 -Módulo I – Uso racional da Água – Na pg. 40 participação do Programa ‘Minha escola na SANASA ou SANASA na Comunidade’, não foi apresentado o termo de parceria e sugerimos que a visita monitorada seja na Captação no Rio Atibaia e não do Capivari; Quanto ao termo de parceria, não há necessidade, mas poderá ser feita. Os programas de visitação oferecidos pela SANASA são desenvolvidos na ETA e ETE Capivari (Consulta a Ana Lucia).

4-No item “legislações importantes” –pg. 41 ficou a dúvida pela ausência da legislação municipal como por ex: Lei da APA Municipal, COGEAPA e Plano Diretor; Neste caso estamos citando as leis de Proteção dos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Recursos Hídricos, pois o módulo I trata do uso racional da água. 5- Sugerem-se sites para navegação para os trabalhadores do empreendimento em qual equipamento? O Empreendedor deixará algum disponível? Durante o turno de trabalho haverá um período em q eles poderão utilizar computadores ou será após o expediente? Considerando-se o avanço da inclusão digital, será uma referencia para consulta posterior para quem quiser se aprofundar. 6-As sugestões a serem apresentadas para redução de consumo e desperdício serão acordadas antes com o empreendedor, para que ele possa alterar as práticas de construção ou isto será responsabilidade exclusiva de cada trabalhador individualmente? Neste módulo, tanto os funcionários das empresas das obras e de infra-estrutura viária e de drenagem pluvial urbana, quanto os moradores do entorno, serão informados acerca dos processos que levam a uma maior economia direta e redução dos impactos ambientais, ou ao descontrole na economia das obras que se refletem diretamente nos problemas que isso ocasiona ao meio ambiente. O empreendedor dará prioridade à contratação de empresas que já adotam o Programa de Gestão Ambiental de Resíduos em Canteiros de Obras (SINDUSCON), inseridos dentro das estratégias que visam uma racionalização da construção no Estado de São Paulo. 7- Modulo II - Drenagem Urbana - pg. 42: -Desde a PNSB, gestão das águas pluviais é parte da política de saneamento básico como é afirmado no primeiro parágrafo do texto, entretanto o restante trata de abastecimento e esgotamento sanitário sem maiores referencias as águas pluviais a não ser sobre inundações não havendo referências sobre enchentes, nem a diferença entre os 2 conceitos. Enchente se refere a uma ocorrência natural que ocorre dentro de ciclos e que normalmente não afeta a população. Inundações são decorrentes de alterações no uso original do solo e podem provocar danos de grandes proporções. 8- Modulo IV – Doenças de veiculação hídrica: Não foi identificada referência à recomendação da CT-SAN sobre Febre Maculosa. Na reunião de 13/10 de 2009, a CT-SAN foi aprovou a emissão da LI com condicionantes pra a emissão da LO. Até a presente data o Empreendedor não recebeu a Ata da reunião. No entanto, febre maculosa não se relaciona com doenças veiculadas pela água. D. Analise do Projeto 2 – pg.71 a 115 Moradores do entorno/área de influência do Empreendimento. 1. Segue a mesma orientação do Projeto 1, com exceção de definição clara ao longo do texto do grupo social. A participação dos moradores do entorno nos módulos de EA independe dos grupos sociais, do nível de escolaridade ou poder aquisitivo, pois serão definidas com o auxílio das entidades que atuam na região e nos darão

indicarão as estratégias das práticas educativas a serem usadas. Campinas, 29 de Novembro de 2009.

Jaguatibaia APA. Cronograma das atividades de educação ambiental empreendimento Três Pontes do Atibaia para um período de um ano.

ETAPAS/MESES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Reunião com coordenadores de turma e engenheiros	X											
Início da construção do canteiro de obras		X										
Contato com entidades			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Início da Implantação do projeto1			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Capacitação da Equipe técnica do NEA			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Início da Implantação do projeto 2						X	X	X	X	X	X	X
Registro e compilação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Início da Produção de material didático									X			
Produção de material didático										X	X	X

Houve grande discussão sobre o programa A Sra. Márcia Ragona sugeriu que fosse criado um sub-grupo para acompanhar os projetos que são submetidos à aprovação desta CT. Depois de grande debate, a CT-EA deliberou pela aprovação do Programa de EA, e os Projetos 1 e 2 para o Empreendimento “Loteamento Residencial Três Pontes do Atibaia”, condicionando a apresentação de adequações e acompanhamento da CT-EA até o último dia útil de fevereiro de 2010 para protocolo na SE dos Comitês PCJ, com análise do GT em março e apresentação dos resultados na reunião ordinária da CT-EA no mês de abril. Como exigência foi aprovado o seguinte texto: quando da solicitação da LO deverá ser apresentado ao órgão licenciador documento da CT-EA validando na sua totalidade todas as etapas do “Programa de Educação Ambiental proposto para Empreendimento Loteamento Residencial Três Pontes do Atibaia”. **8. Informes gerais:** A Sra. Maria Fernanda lembrou a todos que nos dias 1, 2 e 3 de dezembro haverá o “Encontro Água e Floresta: Resultados e Perspectivas”, em Bragança Paulista. A Sra. Maria Luísa Palmieri também informou sobre o lançamento do “De Olho na Bacia” – Material Didático de Educação Ambiental para a Bacia do Rio Piracicamirim”, financiado com recursos FEHIDRO. O evento será realizado no dia 02 de dezembro às 9h no Centro de Vivências da ESALQ/USP. **9. Encerramento:** Os Coordenadores agradeceram a presença de todos e se encerrou a reunião.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Maria Fernanda Spina Chiochetti
Coordenador da CT-EA

Filipe Marcelo Gonçalves Becari
Coordenador Adjunto CT-EA